

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**  
**UNIR - *CAMPUS* DE CACOAL**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**OS BENEFÍCIOS E A APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL**

**Cacoal**  
**2008**

**JULIANE LORENZON**

**OS BENEFÍCIOS E A APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL**

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ms. Estela Pitwak Rossoni

**Cacoal**  
2008

# **OS BENEFÍCIOS E A APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL**

**Por**

**JULIANE LORENZON**

**Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, *Campus* de Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, mediante a Banca Examinadora, formado por:**

---

**Presidente**

**Prof<sup>a</sup> Ms. Estela Pitwak Rossoni – Orientadora/UNIR**

---

**Membro**

**Profa. Ms. - UNIR  
Maria Bernadete Junkes**

---

**Membro**

**Prof<sup>o</sup>. Ms. - UNIR  
Wellington Silva Porto**

**Cacoal  
2008**

## **DEDICATÓRIA**

A minha família que sempre me incentivou, a meus pais pelos ensinamentos, ética e perseverança e humildade que foram alicerce nesta longa caminhada, pelas noites de sono perdidas por minha causa, pelas angústias, pela preocupação, pela compreensão e paciência dos momentos privados de minha companhia, pelo amor, carinho e estímulo que me ofereceram, e não pouparam esforços para que pudesse concluir este objetivo, por isto dedico-lhes com imensa gratidão a realização desta conquista.

## AGRADECIMENTO

A DEUS, por estar sempre presente em minha vida, por iluminar o meu caminho e me dar forças para seguir em frente;

A meus pais José e Geruza, pelas angústias, pelo sofrimento, pelos esforços sem medida e pelo amor dedicado.

À meu noivo Alexandre, por ter me dado apoio e consolo nos momentos difíceis desta caminhada, pelo grande incentivo para realização deste trabalho.

A meus irmãos Jauciane, Joviane e Juvenal, que me dão apoio, alegria e amor;

A minha tia Lourdes, que sempre rezou por mim e me incentivou para que eu pudesse concluir este curso.

À professora orientadora Estela Pitwak Rossoni, pela paciência, compreensão, pela amizade, pelo conhecimento e experiência transmitidos na elaboração deste trabalho;

Aos professores e funcionários da UNIR *Campus* Cacoal que sempre se colocaram a disposição contribuindo para minha formação acadêmica;

Aos colegas de turma pelo convívio de vários anos, pelas palavras carinhosas de incentivo e pelos bons momentos que passamos juntos nesta caminhada, em especial minhas amigas Michele, Vivian e Luana Carla, amizades muito especiais que foram construídas nesta caminhada e que para mim é para toda a vida;

A todos que de alguma forma contribuíram para chegar até aqui;

## OS BENEFÍCIOS E A APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

Juliane Lorenzon<sup>1</sup>

### RESUMO

Nas últimas três décadas, a sociedade mundial está preocupada com a valorização e a preservação do meio ambiente, a fim de minimizar a problemática ambiental que se encontra instalada, advinda do crescimento econômico e do uso descontrolado dos recursos naturais. No intuito de amenizar e prevenir maiores danos, as empresas há décadas se preocupam e buscam subsidiar formas de tornar benéfica sua participação no mercado, além de garantir sua continuidade, uma vez que depende do meio ambiente para adquirir a matéria-prima para alimentar seu processo produtivo. Neste contexto, algumas empresas utilizam da contabilidade ambiental para mensurar a sua responsabilidade empresarial para com o meio ambiente e como forma de prestação de contas à sociedade. Na execução deste trabalho, foi utilizado o método fenomenológico, o qual traz a descrição da realidade como ela é, neste caso, descreveu-se os fatos, estudando as relações da contabilidade com o meio ambiente. Diante desta realidade, fica evidente a importância de investimentos ambientais, a fim de otimizar o uso racional dos recursos naturais, tornando a empresa mais competitiva e garantindo melhorias na qualidade de vida à geração vindoura. Apresentar estas possibilidades é a função deste artigo.

**Palavras-chave:** Sociedade. Contabilidade Ambiental. Responsabilidade Empresarial.

### INTRODUÇÃO

A globalização insere as empresas em transformações econômicas a nível mundial, pois o mercado se expandiu. Com esta abertura, internamente a concorrência aumentou, a população conscientizou-se e passa a ser mais exigente em relação à qualidade dos produtos que chegam para o consumo, bem como, com os padrões adotados pelas indústrias, no que se refere às atividades econômicas sob pena de gerar prejuízos sociais.

Com esta mudança de paradigma, no qual o cliente passa a ditar normas dos padrões de qualidade, as empresas precisam se adaptar há estas mudanças e buscar se enquadrar nesta nova exigência da sociedade. O interesse da continuidade da empresa faz com que se enquadre em demonstrações contábeis, que explicitem à sociedade a transparência das operações e sua conduta no planejamento de melhorias, que insiram a empresa em harmonia com o meio ambiente.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia, *Campus* Cacoal, sob a orientação da professora Ms. Estela Pitwak Rossoni.

Com a necessidade de se manter no mercado, satisfazendo-se e ao mesmo tempo organizando-se quanto às questões ambientais, as empresas contam com o benefício da contabilidade ambiental, alicerçada pela legislação e as demonstrações das questões ambientais, as quais contribuem com a eliminação ou redução dos impactos, melhorando a sua qualidade e a da sociedade também.

*A pesquisa tem por objetivo apresentar esta relevância demonstrando a sua aplicabilidade, os benefícios, bem como, conhecer os aspectos históricos, evolução, e as responsabilidades empresariais relacionadas ao meio ambiente, que devem ser objetos da contabilidade ambiental e, explicitar os benefícios que podem ser obtidos pelas empresas que a realizam.*

*Este trabalho é de natureza bibliográfica, onde seus procedimentos metodológicos foram efetuados através da revisão de bibliografia e análise documental. Analisado de forma qualitativa, onde os resultados não são baseados em dados numéricos, mas em informações, conceitos e opiniões.*

O método utilizado foi o fenomenológico, uma vez que a preocupação foi descrever os fatos conforme os objetivos, neste caso estudando as relações da contabilidade com o meio ambiente, entendendo-se, com base em Gil (1999, p. 56) que o método fenomenológico preocupa-se com a descrição direta da experiência tal como ela é.

Assim, presume-se que as empresas que praticam ou desejam inserir-se neste novo paradigma, terá como demonstrar sua preocupação com o meio ambiente e se valer dos dados que a ajudarão nos projetos futuros, tanto de manutenção no ramo como no aumento da credibilidade por parte da população.

## **1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL**

Desde o início da criação do homem e sua ocupação na terra há luta pela sobrevivência. Os indivíduos passaram a utilizar de acordo com suas necessidades, os recursos naturais disponíveis, sejam eles renováveis ou não, para sua alimentação, a construção de seu habitat, bem estar e até mesmo o ar que respiram.

Com o crescimento das populações e das necessidades de consumo, cresceu proporcionalmente o número de indústrias, as quais precisam extrair do meio ambiente sua matéria-prima, para alimentar seus processos produtivos com objetivos de maior quantidade e melhor qualidade dos produtos, com a finalidade de sempre aumentar o lucro.

A degradação não é de agora, ela foi detectada desde 1952 e urge até o momento. Vários países se organizaram, se reuniram e entre uma conferência e outra, chegou-se a definição de meio ambiente e atribui-se responsabilidades. Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 30), “o meio ambiente foi definido como o sistema físico e biológico global em que vivem o homem e outros organismos, um todo complexo com muitos componentes em que interagem em seu interior”.

Desde então, a preocupação foi aumentando, mais países se mobilizando e o desenvolvimento sustentável passou a fazer parte do discurso, a fim de buscar melhorias de vida às pessoas. Os problemas não se restringem mais a um grupo, mas passam a ser problemas de todos e neste tema, está inserido a garantia da necessidade do presente, e o fazer em relação à preservação para garantir também êxito no futuro (TINOCO; KRAEMER, 2004).

Mesmo com este empenho no decorrer da história os recursos naturais são cada vez mais explorados, de maneira irracional, demasiada e inconseqüente, causando muitas vezes degradação do solo, poluição do ar, da água, extinção de muitas espécies da fauna e da flora.

Nas últimas três décadas, tem se acompanhando, a polêmica do aquecimento global, devido aos desequilíbrios ambientais causados pela ação do homem e que prejudica o próprio homem. Os recursos naturais são patrimônio da humanidade, por isso deve ser utilizado em benefício de todos e de maneira racional para que não comprometa as gerações futuras. Para Tinoco e Kraemer (2004, p. 45):

A degradação excessiva do meio ambiente e a depleção exagerada de recursos naturais têm chamado a atenção em todo o mundo, e com isso o meio ambiente vem atraindo cada vez mais atenção e interesse.

Nesse sentido o impacto dos danos ambientais nas gerações atuais e seus reflexos para as futuras fizeram com que a questão ambiental atravessasse fronteiras, se tornasse globalizada.

Então, como preocupação e responsabilidade global, todas as profissões precisam estar em consonância com este propósito o que não é diferente com a contabilidade, ao contrário ela deve oferecer e responder a este desafio, auxiliando no processo de tomada de decisão e apresentar a sociedade respostas que lhes interessem quanto à responsabilidade social e à questão ambiental.

## **2 A IMPORTÂNCIA E OS BENEFÍCIOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL**



O interesse com a preservação do meio ambiente, traz entre outros benefícios, a garantia da continuidade da empresa na sociedade, e consideráveis melhorias à vida de todos os cidadãos. Portanto, percebe-se que a sociedade também influencia na continuidade da empresa. Tinoco e Kraemer (2004) afirmam que: “os detentores de recursos e consumidores não querem arriscar indefinidamente seus patrimônios em companhias que se recusem a tomar medidas preventivas na área social e ambiental.”

A preocupação com o meio ambiente, impulsiona a própria administração das empresas no sentido de buscar alternativas que comece a modificar a maneira de realizar os negócios, revendo os plano de vendas, de controle, de produção, de *marketing*, e outros. Para Teixeira (2000, p. 3) esta preocupação decorre de:

A contabilidade do meio ambiente tem crescido de importância para as empresas em geral porque a disponibilidade e ou escassez de recursos naturais e a poluição do meio ambiente tornaram-se objeto de debate econômico, político e social em todo o mundo.

Sendo assim, metodologias vão surgindo, a fim de identificar, controlar e informar sobre os impactos ambientais causados pela atuação da empresa, integrando toda ação da mesma, desde a obtenção da matéria-prima e todo processo de beneficiamento até a avaliação do desempenho.

Esta finalidade de convívio harmonioso contribuiu com os desígnios da contabilidade ambiental que segundo Paiva, (2003, p. 17) são: “auxiliar na elaboração do planejamento estratégico; servir de parâmetro no gerenciamento das atividades-alvo; fornecer informações externas no sentido de prestação de contas dessas atividades.”

A administração empresarial passa a tomar novas decisões que trarão benefícios importantes para a diferenciação da empresa na sociedade, aumentando sua capacidade de atrair maior número de consumidores.

Para Ferreira (2003, p. 42):

Os benefícios esperados podem ser: a diminuição ou total eliminação da necessidade de tratamento de saúde; o aumento da produção e das vendas, por acesso a mercados específicos para produtos e empresas que tenham preocupação com o meio ambiente; ausência de multas; a inocorrência de riscos de indenizações a terceiros, entre outros e diretamente relacionados aos problemas causados ao meio ambiente.

Na era da globalização e da concorrência, empresas que não se preocupam com padrões de qualidade e que não procuram utilizar-se de equipamentos para minimizar o impacto ambiental à sua volta, estão condenadas ao abandono de seus consumidores. Desta forma, ou se enquadram ao novo sistema de preservação, ou estarão prestes a ver seu fim mais próximo que imaginam.

## **2.1 Campo de atuação da contabilidade**

Tendo tratado sobre a questão ecológica vinculada a contabilidade em uma visão macro, como patrimônio de todos argumenta-se que, ainda não é possível mensurar este patrimônio de uma forma geral, mas como já foi dito, é possível constar as demonstrações contábeis de uma determinada empresa e as ações que refletem a interação desta com o meio ambiente (RIBEIRO, 2006).

É de suma importância a participação da contabilidade, na ajuda da classe empresarial na implementação da gestão ambiental como defensores ecológicos. Em todo contexto, a contabilidade serve entidades, ou seja, pessoas, recursos e organizações internas ou externas que exercem atividades econômicas, sejam como meio ou fim. A dimensão da contabilidade pode ser jurídica ou econômica. A primeira distingue os interesses dos proprietários e da empresa entre si e a segunda restringe-se ao aspecto patrimonial da empresa e organizacional, regula a ação dos responsáveis e o social, o qual verifica os benefícios desta para com a sociedade (RIBEIRO, 2006).

Como se pode observar, a empresa é avaliada como um todo, no bem e manutenção de si própria, bem como, sua contribuição social. É papel também da profissão contábil ter uma participação fundamental na modernização e internacionalização da economia nacional. Ribeiro (2006, p. 39) explicita que: “Do ponto de vista da contabilidade, o que se pode medir e fazer constar, nas demonstrações contábeis são os eventos e transações econômico-financeiros, que refletem a interação da empresa com o meio ambiente”.

A contabilidade, portanto, não se restringe simplesmente na questão burocrática, mas sim, ser conselheira e confidente nas administrações de companhias, onde têm um importante papel a desempenhar, especialmente em assuntos sociais e tributários. Uma empresa que reconhece suas responsabilidades ambientais, não sofrerá riscos financeiros futuros, resultante de incidentes ambientais.

Com toda esta evolução, cabe ao contador, transformar a contabilidade que é considerada a ciência de avaliação do patrimônio das empresas, em uma ferramenta essencial na perpetuação das mesmas, capaz de aproximar a linguagem contábil da linguagem dos ambientalistas, estando alerta à evolução tecnológica e às mudanças rápidas do mundo moderno, presente na luta pela preservação ambiental natural, pois para Tinoco e Kraemer (2004, p.12), “ela é o veículo adequado para divulgar informações sobre o meio ambiente”.

É necessário se adaptar aos modelos contábeis eficazes e orientar o empresário na aplicação dos mesmos, a fim de satisfazer as necessidades da riqueza da empresa e do meio ambiente às necessidades do meio ambiente natural, procurando demonstrar as adequações necessárias à empresa no sentido de obter os resultados esperados diante de seu investimento na preservação e subsistência do meio ambiente.

### **3 ITENS DE NATUREZA AMBIENTAL**

Para se valorar estes custos e evidenciá-los é preciso ter conhecimentos específicos, ou seja, entender este sistema de informação para que seja possível identificar, registrar, medir e relatar as ações, a partir da relação da empresa com o meio ambiente em todas as transações.

A seguir, apresentar-se-á itens de natureza ambiental. Tratando antes, no entanto, dos Princípios Fundamentais da Contabilidade que alicerçam os procedimentos seguintes.

#### **3.1 Princípios**

Os princípios de contabilidade, como já mencionado, são o que sustentam a contabilidade com suas teorias e que são obrigatoriamente observados com rigor e no exercício da profissão contábil, constituindo-se condições de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade. Estes regem a prática e a Ciência Contábil organizando e estruturando, auxiliando na identificação e compilação e registro dos fatos que afetam o patrimônio de uma entidade.

Da forma como são definidos, segundo Ribeiro (2006), não auxiliam na abrangência da responsabilidade social.

Os princípios mais questionáveis são o da competência, prudência e oportunidade, porque eles se apresentam como ferramentas fundamentais na contabilidade.

O primeiro princípio acima citado é o da competência, este trata-se da mensuração dos custos e receitas no momento de sua ocorrência, independentemente de seu pagamento ou recebimento. Assim, é fácil observar que o princípio da competência não está relacionado com recebimentos ou pagamentos, mas com o reconhecimento das receitas realizadas e das despesas incorridas em determinado período.

No enfoque ambiental, torna-se difícil esta contabilização, pois os desembolsos são em momentos distintos, devido às incorrências como mudanças climáticas, tecnologias utilizadas e porte diversos entre as empresas (RIBEIRO, 2006).

O princípio da prudência especifica que ante duas alternativas, igualmente válidas, para a quantificação da variação patrimonial, será adotado o menor valor para os bens ou direitos e o maior valor para as obrigações ou exigibilidades. Diante de duas situações priorizara-se a opção que prima por adotar menor valor para o ativo e do maior para o passivo. A intenção é nunca antecipar os Lucros e sempre prever possíveis prejuízos. Para Ribeiro (2006, p. 48): “O principio da prudência, por sua vez, gera problemas na atribuição e credibilidade dos valores, essencialmente, nas discussões sobre os benefícios e as responsabilidades sociais da entidade”.

Desta forma, os eventos de atributos ambientais deveriam seguir uma regra, ou seja, serem taxados, principalmente no reconhecimento dos aspectos econômico-financeiros relacionados a recuperação, pois este representa o diferencial em relação ao patrimônio e o fluxo de caixa.

O Princípio da Oportunidade procura manter a integridade dos registros analisando os elementos patrimoniais, rege que todos os fatos contábeis devem ser registrados, incluindo os das filiais, sucursais e demais dependências de um a mesma entidade, também implica em registrar os fatos contábeis quando estes acontecem (RIBEIRO, 2006).

### **3.2 Despesas**

As despesas podem ser definidas como os gastos com o uso e consumo de mercadorias, destinados à vida da empresa, ou seja, aqueles destinados à obtenção de receita, estejam direta ou indiretamente ligados.

Ribeiro (2006, p. 49) em outras palavras, diz que custo é o esforço continuado para produzir receita; é o que gera a despesa, tanto atual como passada, no que se refere à bens ou serviços. E especifica a diferença e aplicação de despesa e custos:

Despesas e custos são, em termos gerais, gastos utilizados para a condução das atividades da empresa. Contudo, neste texto, consideremos despesas os gastos inerentes à área administrativa como um todo, e custos os relacionados com o processo operacional em si.

As despesas relacionadas à temática ambiental não pertencem isoladamente a uma área, é com investigação que se identifica em qual elas ocorrerão. Geralmente estão vinculadas com o processo de produção, estes que os classificam na demonstração do exercício. Nestas devem estar inclusas o custo geral dos insumos e mão de obra necessária a ação prevista, e realizar-se a amortização destes gastos incluindo as sanções, se sofridas anteriormente conforme rege a legislação.

Ribeiro (2006) atribui responsabilidade de controle deste gerenciamento aos departamentos que compõe a empresa na parte administrativa, que por sua vez decorrem desde os investimentos permanentes, as operacionais, os de recursos humanos, o de compra e o financeiro.

### **3.3 Custos ambientais**

Os custos ambientais representam os gastos que beneficiam a sociedade de modo geral, preocupam-se com a preservação, manutenção dos recursos naturais, não representam benefícios diretamente à empresa que investiu.

Ribeiro (2006, p. 52) cita exemplos de custos indiretos e diretos que formulam estes custos, são eles:

Todas as formas de amortização (depreciação e exaustão) dos valores relativos aos ativos de natureza ambiental que pertencem à companhia;  
Aquisição de insumos próprios para controle, redução ou eliminação de poluentes;  
Tratamento de resíduos dos produtos;  
Disposição dos resíduos poluentes;  
Recuperação ou restauração de áreas contaminadas;  
Mão-de-obra utilizada nas atividades de controle, preservação ou recuperação do meio ambiente.

Estes controlam e melhoram a eficácia operacional e ambiental das empresas, uma vez que seguem padrões estabelecidos pela ONU, os quais não são estáticos, mas seguem

legislações que ditam as regras enquadrando-as de forma responsável nas atividades ambientais.

### **3.4 Perdas**

As perdas são os investimentos dos quais não decorre benefício para a empresa. Estes podem ser normais, registrados nos ativos da empresa, e que são previsíveis. Há também os anormais, os de natureza inesperada, não constam no processo operacional.

Ribeiro (2006, p. 57) cita algumas perdas não operacionais:

Gastos que não trazem qualquer benefício adicional;  
Multas ou penalidades por inadequação as atividades da legislação;  
Restauração de áreas contaminadas (próprias ou de terceiros);  
Complemento de estimativa dos custos de recuperação relacionados a atividades de períodos anteriores.

Os gastos têm seu fato gerador em momento passado e são contabilizados no início do exercício. Caso tenha sido previamente estimado, quanto o tempo de recuperação, as ações a serem executados e previstos os custos, estes podem ser destinados ao período pertinentes. Caso se contabilizar e prever após o prejuízo acontecido, os custos constarão no período em curso.

### **3.5 Ativos ambientais**

Os ativos ambientais são investimentos em estoques de insumos, peças, acessórios, etc., que serão utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição.

Fazem parte também os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações, etc., destinados à amenização dos impactos causados ao meio ambiente, os gastos com pesquisas, novas tecnologias, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios da empresa.

Estes investimentos da empresa destinados a este fim ambiental, devem ser classificados em títulos contábeis específicos, identificando o que irá circular, o realizável e o permanente.

Segundo Paiva (2003, p. 37) para esta definição recomenda-se:

IBRACON (Instituto Brasileiro de Contadores) recomenda que os gastos ambientais efetuados na forma de investimento de longo prazo sejam classificados como ativos ambientais imobilizados e diferidos. O **ativo imobilizado** ambiental diz respeito aos equipamentos adquiridos visando a eliminação ou redução de agentes poluentes, com vida útil superior a uma ano. Os gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias a médio e longo prazo constituem valores integrantes do **Ativo diferido**, se envolver benefícios e ação que reflitam por exercício futuros. [**grifo nosso**].

Estes gastos destinados ao estoque que supram as ações a serem utilizados diretamente no processo produtivo, ou seja, os com intenção de eliminar durante os procedimentos operacionais o surgimento de resíduos poluentes, os produtos destinados à limpeza dos locais afetados ou a purificar os resíduos produtivos também conta, como por exemplo: as águas, os gases, os resíduos sólidos que serão depositos, de alguma forma, no meio ambiente natural (TINOCO; KRAEMER, 2004).

As características dos ativos ambientais são diferentes de uma organização para outra, pois a diferença entre os vários processos operacionais das distintas atividades econômicas, uma vez que cada empresa tem sua particularidade.

O importante é que cada qual transpareça suas ações, permitindo a sociedade avaliar suas informações e valoração quanto ao meio ambiente.

### 3.6 Passivo ambiental

Em termos contábeis, passivo vem a ser todas as obrigações das empresas com outros e, estendendo-se ao meio ecológico, é a interação da empresa com obrigações que visem a sua preservação, controle e reversão de danos ocasionados pela sua atividade econômica.

Estas obrigações envolvem todos os custos, deste o fato gerador e enquadramento na legislação vigente, portanto, representa, assim, a obrigação, a responsabilidade social da empresa com aspectos ambientais (TINOCO; KRAEMER, 2004).

Como se observa a intenção é que o balanço patrimonial de uma empresa demonstre a transparência, explicitando os cálculos estimativos, onde o passivo ambiental represente os danos ambientais gerados, e o ativo aplique-se os bens e direitos.

Como as demais obrigações este é o investimento em sacrifício futuro devido ao compromisso com terceiros decorrente de transações passadas ou presentes que envolvem a empresa e o meio ambiente.

A identificação do passivo ambiental deve ser avaliada em negociações de empresas, pois esta funciona como um elemento de decisão no sentido de identificar, avaliar e quantificar posições, custos e gastos ambientais potenciais que precisam ser atendidos a curto, médio e em longo prazo.

Não é necessário estar definido no balanço, mas precisam-se discriminar as ações e esforços desenvolvidos para a eliminação ou redução de danos ambientais.

Segundo Ribeiro (2006, p. 77):

O reconhecimento do passivo ambiental pela contabilidade representa privações de benefícios futuros impostas por legislação e regulamentações ambientais, tais como, taxas, contribuições, multas e penalidades decorrentes de danos provocados a terceiros.

Essa metodologia vem sendo seguida por empresas do mundo inteiro, os eventos e transações de natureza econômico-financeira, incluindo as exigibilidades devem ser contabilizados no momento que ocorrem os fatos geradores.

Inseridas nestas obrigações estão as estimativas, que segundo Ribeiro (2006), são previsões de gastos com base na expectativa de eventos que irão ocorrer, não se podendo prever o futuro.

A ONU (*apud* Ribeiro, 2006, p. 77) entende que existem pelo menos três tipos de obrigações, são elas:

- a) Legais: são as exigibilidades da lei com suas imposições;
- b) Construtivas: são aquelas que a empresa se propõe espontaneamente ao cumprimento, extrapolando as exigências da lei. Verdadeiramente se preocupa com o bem estar da população na qual está inserida.
- c) Justas: refletem as obrigações que a empresa se vê obrigada a cumprir por fatores éticos e morais, independentemente da lei. Em outras palavras, a empresa sabe de suas atribuições, mas cumpre apenas por que está preocupada com sua reputação perante a relevância do fato sob a pressão da comunidade para que repare seu erro.

Portanto o passivo ambiental corresponde às obrigações relacionadas aos gastos ambientais da empresa, os quais satisfaçam os critérios para o reconhecimento como exigibilidade. Quando há danos provocados em qualquer área sem obrigatoriedade, estes devem constar em notas explicativas, demonstrando detalhes desta ocorrência.



As origens do Passivo Ambiental apresentadas segundo Paiva (2003, p. 36), são de duas formas:

Como passivos ambientais **normais** podem-se estender os decorrentes do processo produtivo, onde há emissão de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, com possibilidade de controle, prevenção e, em alguns casos, de reaproveitamento. Os passivos ambientais **anormais** são decorrentes de situações não passíveis de controle pela empresa e fora do contexto das operações, como por exemplo: um acidente com um reservatório de material tóxico ou altamente poluente provocado por raio, terremoto, furação ou outro evento aleatório. **[grifo nosso]**

A origem do passivo ambiental constitui-se em despesas atuais ou anteriores, na aquisição de bens ou serviços, ou seja, podem ser qualquer evento ou transação que reflitam a interação da empresa com o meio ecológico, cujo sacrifício de recursos econômicos se dará no futuro.

Sua essência está no controle e reversão dos impactos das atividades econômicas sobre o meio natural, envolvendo, portanto, todos os custos das atividades que sejam desenvolvidas nesse sentido.

### 3.7 Receitas ambientais

Receitas ambientais são os ganhos de mercado que passam a existir à partir do momento que sua política de preservação passa a ser valorizada pela sociedade.

Tais receitas estão baseadas no investimento de ativos ambientais, pois seu problema passou a ter oportunidade de negócios a partir de gestão ambiental sustentável.

Tinoco e Kraemer (2004) consideram como receitas ambientais as decorrentes de:

Prestação de serviços especializados em gestão ambiental, venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo; venda de produtos reciclados, receita de aproveitamento de gases e calor, redução do consumo de matérias primas, redução do consumo de energia. Redução do consumo de água e participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

Portanto, a empresa que tem a política de contribuição com a redução dos impactos ambientais, analogicamente podem se considerar como geradoras de receitas, pois

preocupam-se com o seu de forma geral, ou seja, visam desempenho nos aspectos;econômico, financeiro, ambiental e social.

#### **4 BALANÇO SOCIAL**

Após a guerra do Vietnã a insatisfação das pessoas era evidente devido aos estragos e conseqüências psicológicas instalada na sociedade. As empresas procuraram adotar novas posturas, moral e ética da mesma, então, deixaram a predominância dos aspectos financeiros nas divulgações e contemplaram através do Balanço Social as suas contribuições as relações sociais na empresa, dentro e fora dela.

Foi na França que o Balanço Social deu-se inicio, na década de 70. A primeira visão com enfoque maior foi a recursos humanos, foi o início para que questão ambiental fosse inserido significativamente.

Contemplar este item por si só daria uma artigo, pois a execução deste, objetiva prestar informações de qualidade à comunidade e em contrapartida ser beneficiada. Esta forma de relatório procura garantir a transparência da empresa para com suas responsabilidades econômicas, ambientais e sociais, com estes dados ela passa a ser avaliada e compreendida e até mesmo aceitar sugestões de críticas.

Tinoco e Kraemer (2004, p. 86) apresentam o objetivo do Balanço Social que é “ser eqüitativo e comunicar informação que satisfaça à necessidade de quem dela precisa. Essa é a missão da Contabilidade, como ciência de reportar informação contábil, financeira, econômica, social, física, de produtividade e de qualidade”.

Os departamentos da empresa ficarão a cargo de colher dados indicadores de caráter econômico e de caráter social, nestes constarão minuciosamente dados que expõe a vida do colaborador e da empresa perante a sociedade. A questão também se relaciona de forma direta com este trabalho, pois também é área que balanço social abrange.

No Brasil uma questão que polemiza o Balanço Social é a obrigatoriedade. Uns compreendem a necessidade de estabelecer sua publicação, enquanto outros defendem a liberdade de escolha de cada empresa.

Algumas empresas que acreditam que independente da obrigatoriedade, atualmente é necessário inclua entre os objetivos da empresa a satisfação, a transparência para com a sociedade, ou seja, esta representa os investidores, governo, empregados, clientes,

fornecedores e ainda a população. Enfim, o Balanço Social deve demonstrar toda a responsabilidade da empresa junto à sociedade.

#### 4.1 DEMONSTRAÇÃO DE VALORES ADICIONADOS – DVA

A DVA é um dos componentes mais importantes do Balanço Social, sendo um dos mecanismos utilizados para demonstrar aos usuários a capacidade da empresa no que se refere à distribuição e geração de riqueza, assim como os efeitos sociais produzidos pela distribuição desta riqueza gerada.

Evidenciando a preocupação da população em geral, foi criada a Lei 11.368 de 12 de dezembro de 2007, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2008, a qual altera e introduz nos dispositivos da Lei 6.404/76 das Sociedades Anônimas de capital aberto à publicação da DVA e das Demonstrações Contábeis de acordo com a NBCT, destinadas de forma concisa os dados e as informações do valor e a distribuição da riqueza em determinado período. Com estas reformulações, as empresas são obrigadas a prestarem contas à sociedade quanto a sua atuação, de que maneira ela está contribuindo para um desenvolvimento sustentável, e ao mesmo tempo atraindo investidores.

A DVA objetiva evidenciar os benefícios proporcionados em prol da comunidade como um todo. Informa quanto a empresa adicionou, no período, aos recursos adquiridos de terceiros e como distribuiu este **valor adicionado (...)**. (RIBEIRO, 2006) [grifo do autor]

O fato de a questão ambiental ser global, os investidores, o governo, e a sociedade como consumidora, querem saber como foi distribuído o montante adquirido, os quais ajudaram a constituir. Esperam uma contrapartida por parte das empresas do seu capital investido, como parte disso investimento na melhoria de vida da sociedade. Para Ribeiro (2006, p. 16) “o grande diferencial da DVA é sua capacidade de evidenciar os destinatários da riqueza gerada, além dos acionistas. Da mesma forma, evidenciam o lucro da empresa e como ele foi calculado, visando aos investidores.”

Nesse aspecto, quanto à inserção da DVA nas empresas, elas terão maior preocupação em divulgar estes resultados sociais, pois, além de estarem fazendo bem a sociedade, também estará fazendo seu próprio *Marketing*, consequentemente atraindo mais investidores.

## 5 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

É o conjunto de leis que visam disciplinar a ação do homem, tornando-a compatível com a proteção do meio ambiente. No Brasil, as leis voltadas para a conservação ambiental surgiram na década de 80, com a lei que criou a Política Nacional do Meio Ambiente.

A partir daí outras leis foram promulgadas, com fim de atingir seus objetivos de preservação, estabelecendo direitos e deveres para o cidadão, instrumentos de conservação do meio ambiente, normas de uso dos diversos ecossistemas, normas para disciplinar as atividades relacionados à ecologia e ainda diversos tipos de unidades de conservação.

A Constituição assegura aos brasileiros o direito ao meio ambiente. Está previsto no Art. 225 da Constituição Federal: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

O CFC (Conselho Federal de Contabilidade), amparado pela NBC T15 estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade. Uma vez que a contabilidade como ciência social não pode ficar alheia há esta questão tão polêmica, que é a questão ambiental.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) pressupõe o controle preventivo de danos ambientais. Uma vez constatado o perigo ao meio ambiente, deve-se ponderar sobre os meios de evitar ou minimizar o prejuízo.

A Lei n. 6.938/81 estabeleceu a “avaliação dos impactos ambientais” (art. 9º, III) como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente.

A Constituição Federal de 1988 determinou em seu art. 225, § 1º, IV, que incumbe ao Poder Público “exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”. Nesse estudo, avaliam-se todas as obras e todas as atividades que possam causar séria deterioração ao meio ambiente.

Outro documento válido e de extrema importância é o Decreto nº 88.351/83 (art. 18, § 1º) que determinou ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) o qual fixa os critérios básicos e as diretrizes gerais para estudos de impacto ambiental para fins de licenciamento de obras e atividades.

A Lei Federal nº 9605, conhecida como Lei de Crimes Ambientais em seu Art. 3º dispõe que: “As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.”

Os documentos exigíveis mencionados são instrumentos que regem princípios de prevenção e de precaução, como é o caso do Estudo de Impacto ambiental e seu relatório, que por sua vez não têm por finalidade impedir o desenvolvimento de atividades econômicas e sociais, mas o controle preventivo realizado por esse instrumento é de fundamental importância, pois requer uma atuação conjunta do Poder Público, da sociedade civil e da comunidade, todos em harmonia, visam unir-se com enfoque no desenvolvimento social.

O interesse com a preservação do meio ambiente, traz, entre outros benefícios, a garantia de perpetuação da empresa na sociedade e traz consideráveis melhorias na vida de todos os cidadãos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa bibliográfica realizada contribuiu para a comprovação da necessidade dos estudos relacionados aos processos de contabilidade.

A temática ambiental é preocupação global, a adesão desta ciência no âmbito empresarial é indispensável para as empresas, para seus empreendedores e para a sociedade, já que as questões ambientais de um modo geral quase não são conhecidas e nem aplicadas e a globalização vem cobrar das empresas uma adoção criteriosa para a expansão e conquista do mercado seja no âmbito local, nacional ou mundial.

É recente a preocupação das organizações para com esta temática, a partir da década de 80 acelerou e na década de 90 se consolidou com a Eco 92. Visto que, contadores, gestores e empresários deverão em um futuro próximo, se adaptar à estes estudos para amortecer os custos gerados pelas empresas no que diz respeito à questão do Meio Ambiente, adequando-se às exigências das leis cabíveis e a ficar atento às inovações, pois a tendência é aprovar e vigorar novas práticas, uma vez que a falta de respeito com o Meio é assustadora e muito preocupante.

A Contabilidade Ambiental tem como objetivo, assim como a Contabilidade Geral, calcular e registrar as transações dentro da empresa, relacionadas ao Meio Ambiente, e seus efeitos que afetam ou deveriam afetar a posição econômica e financeira das organizações.

A problemática ambiental tem sido responsabilidade de todos, e a sociedade de forma geral, está sendo cada vez mais cobrada sobre sua responsabilidade quanto à preservação, controle do meio ambiente.

O fato da existência da empresa também gera responsabilidade, porque ela está inserida e também necessita deste meio para sobreviver. Seja qual for a ação que a mesma adotar, ou seja, de forma preventiva, de controle ou de recuperação gerará gastos e conseqüentemente redução do patrimônio. Este fato justifica a necessidade de adoção de práticas, estratégias que garantam a continuidade da empresa.

Neste sentido, a empresa precisa se adaptar aos parâmetros exigidos para não agredir ao meio ambiente e, por meio do reconhecimento e divulgação do seu passivo ambiental e da evidenciação dos ativos ambientais e dos custos e despesas com a preservação, proteção e controle ambiental, tornar-se clara e evidente para a sociedade, demonstrando o nível dos esforços que vem desenvolvendo com vistas a abordagem do tema.

Os contadores devem assumir a função de difundir nas empresas, orientando os empresários quanto às questões ambientais, no reconhecimento do passivo ambiental, para não ser surpreendido com multas, indenizações que afetaria o Patrimônio Líquido da empresa. Além do mais, necessita dos recursos naturais para sua continuidade e a sobrevivência da humanidade.

Enfim, a empresa deve estar aberta às evoluções globais e primar-se também na luta pela preservação ambiental natural, criando modelos contábeis eficazes e orientando o empresário na aplicação destes modelos para satisfazer as necessidades da riqueza da empresa com eficácia e também satisfazer com eficácia as necessidades do meio ambiente natural sendo que a sociedade está inserida nele.

## **REFERÊNCIAS**

**BRASIL, Meio Ambiente.** LEI N° 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981.

\_\_\_\_\_. **Constituição 1988** : Texto Constitucional de 5 de Outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 19/98 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. – Ed. Atual em 1998. Brasília: Senado Federal subsecretaria de Edições Técnicas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Lei de Crimes Ambientais** Nº 9605 DE 12 de Fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

\_\_\_\_\_. **Resolução CONAMA** nº. 001, de 23 de janeiro de 1986. Considerando a necessidade de se estabelecerem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União. Brasília, 23 jan. 1986.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON - INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES. **Normas e Procedimentos de Auditoria – NPA 11**: Balanço e Ecologia. São Paulo, 1996.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE: **NBC T 15: Informações de Natureza Social e Ambiental** <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t15.htm>

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade ambiental**: evidenciação de gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo, Saraiva, 2006.

TEIXEIRA, L. G. A. **Contabilidade ambiental**: a busca da eco-eficiência. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, Goiânia, 2000.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.